

INTERSECCIONALIDADE E A ESQUIZOANÁLISE: CONQUISTAS MACROPOLÍTICAS E RETROCESSOS MICROPOLÍTICOS

*ESQUIZOANÁLISIS E INTERSECCIONALIDAD:
LOGROS MACROPOLÍTICOS Y RETROCESOS MICROPOLÍTICOS*

*SCHIZOANALYSIS AND INTERSECTIONALITY:
MACROPOLITICAL ACHIEVEMENTS AND MICROPOLITICAL SETBACKS*

Roberta Carvalho Romagnoli e Bruna Coutinho Silva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar aproximações conceituais entre teorias que trabalham com a perspectiva interseccional e as ideias de Deleuze e Guattari. Para tanto, iniciamos com reflexões acerca da origem da interseccionalidade como campo conceitual e empírico, através de contribuições estadunidenses, com Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Angela Davis, e latino-americanas e brasileiras, com Lelia Gonzalez, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Em seguida, apresentamos a perspectiva Esquizoanalítica, através de alguns conceitos fundamentais, como micropolítica, macropolítica, microfascismos. Buscamos analisar o campo conceitual-vivencial constituído pelas reflexões interseccionais à luz da análise micropolítica esquizoanalítica. Concluímos que os dois campos se encontram na análise das múltiplas intersecções que se atravessam incessantemente na expressão da vida, produzindo opressões e saídas.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Feminismo; Esquizoanálise; Micropolítica.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar enfoques conceptuales entre las teorías que trabajan con la perspectiva interseccional y las ideas de Deleuze y Guattari. Para ello, partimos de reflexiones sobre el origen de la interseccionalidad como campo conceptual y empírico, a través de aportes estadounidenses, con Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins y Angela Davis, y latinoamericanos y brasileños, con Lelia González, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro y Carla Akotirene. A continuación, presentamos la perspectiva esquizoanalítica, a través de algunos conceptos fundamentales, como micropolítica, macropolítica, microfascismos. Buscamos analizar el campo conceptual-vivencial constituido por reflexiones interseccionales a la luz del análisis micropolítico esquizoanalítico. Concluimos que los dos campos se encuentran en el análisis de las múltiples intersecciones que se cruzan incesantemente en la expresión de la vida, produciendo opresiones y salidas.

PALABRAS CLAVE: Interseccionalidad; Feminismo; Esquizoanálisis; Micropolítica.

ABSTRACT: This article aims to analyze conceptual approaches between theories that work with the intersectional perspective and the ideas of Deleuze and Guattari. To this end, we begin with reflections on the origin of intersectionality as a conceptual and empirical field, through American contributions, with Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins and Angela Davis, and Latin American and Brazilian, with Lelia Gonzalez, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro and Carla Akotirene. Then, we present the Schizoanalytic perspective, through some fundamental concepts, such as micropolitics, macropolitics, microfascisms. We seek to analyze the conceptual-experiential field constituted by intersectional reflections in the light of schizoanalytic micropolitical analysis. We conclude that the two fields are found in the analysis of the multiple intersections that cross each other incessantly in the expression of life, producing oppressions and exits.

KEYWORDS: Intersectionality; Feminism; Schizoanalysis; Micropolitics.

Introdução

Atualmente, os efeitos da imensa desigualdade social que assola nosso país tornam-se cada vez mais presentes. Embora já existentes e afetando boa parte da população, estes foram exacerbados com a Covid-19. No ano de 2020, vivemos a pandemia do coronavírus, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, em escala mundial. Em meados de março de 2021, oficialmente, somam-se em nosso país mais de 280 mil mortes acumuladas (Ministério da Saúde, 2021). Certamente este cenário tem repercussões sanitárias, econômicas, financeiras, políticas e abala a todos nós. Subjetivamente vivemos momentos de medo, imprevisibilidade e falta de garantias. Hábitos são alterados, conflitos emergem, o cotidiano é atravessado por linhas de indeterminação. Presenciamos mudanças nos modos de subjetivação em escala planetária, que ainda são imprecisas para a Psicologia. Assim, torna-se cada vez mais necessário produzir análises complexas para a também complexa realidade brasileira.

Uma dessas vertentes é o estudo da interseccionalidade, que opera pela não separação das categorias de gênero, raça, classe, sexualidade e outras possíveis, permitindo a visibilidade dos problemas sociais, revelando as consequências estruturais e dinâmicas das interseções complexas entre dois ou mais eixos de subordinação, que se entrecruzam e se potencializam. Essas interseções subjetivam vulneráveis e mulheres em precarizações, humilhações e invisibilidades. Por outro lado, sustentando a complexidade e os deslocamentos da realidade e da subjetividade, as ideias de Deleuze e Guattari nos auxiliam a pensar não somente como essas opressões e capturas se mantêm, mas também como criar linhas de fuga, resistências frente à gerência da subjetividade.

Nesse contexto, realizamos neste texto uma revisão das ideias de autoras fundamentais no campo da interseccionalidade para, a partir delas, dialogar com a perspectiva da esquizoanálise. Acreditamos que essa articulação se faz necessária tendo em vista a complexidade das várias vulnerabilidades, bem como a importância da análise das relações de poder que atravessam o cotidiano das pessoas excluídas socialmente. Entendemos que o diálogo entre sexo e raça é importante, não somente para pensar as desigualdades entre homens e mulheres, mas também as diferenças entre os homens brancos e negros, e entre mulheres brancas e negras, ruindo com o mito da democracia racial. Isso porque essas hierarquias podem ser vividas não somente nas relações homem e mulher, mas de uma forma ampla, que afeta vários modos de se subjetivar. Além disso, o uso do conceito nos permite desvelar a sobreposição de várias desqualificações. Ao estudar a desqualificação da pobreza, James Moura e Verônica Ximenes (2016) apontam que a mesma pode ser vivida como uma prática de opressão, subjetivando quem se encontra nessa condição com atitudes de inferioridade, de passividade e de violência.

Embora reconheçamos aqui a existência de diferentes vertentes das interseccionalidades¹, conforme sistematiza Adriana Piscitelli (2008), optamos por trabalhar sem diferenciá-las, nos aproximando mais dos aspectos conceituais que nos permitam realizar o diálogo que buscamos aqui estabelecer. Trata-se de um esforço conceitual para ampliar a análise das opressões articuladas na experiência de mulheres, especialmente, negras, pobres, latino-americanas, com as quais nos deparamos em nossa atuação profissional e acadêmica, através das pesquisas no campo de políticas públicas. Como nosso aporte fundamental é a esquizoanálise, cuja base são autores homens brancos e europeus, buscamos tensionar o campo de emergência desse saber para dar passagem a outras vozes, que aparecem no feminismo negro e latino-americano, contribuindo e enriquecendo nossas análises locais.

Perspectivas interseccionais estadunidenses

A origem do termo interseccionalidade é atribuída à jurista americana Kimberlé Crenshaw, no final da década de 1980. Antes, porém, da emergência do conceito, temos o histórico precedente que o possibilitou, como apresenta Gabriela Kyrillos (2020). A começar com o discurso de Sojourner Truth, sufragista, abolicionista e feminista negra estadunidense, proferido em 1851, em Akron, Ohio, em uma convenção de mulheres. Esse acontecimento endossou a urgência da raça nas pautas feministas, ao mesmo tempo em que denunciou o racismo e o elitismo no feminismo branco (Davis, 2016). No discurso de Sojourner Truth, ela enuncia a voz das mulheres negras através de sua história, enfrentando a hostilidade recebida no evento.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Davis, 2016, p. 57)

Conforme coloca Angela Davis (2016) em “*Mulheres, Raça e Classe*”, ainda no século XIX, nos Estados Unidos, a organização do movimento de mulheres negras colocava em pauta o combate ao racismo, que era desconsiderado pelos movimentos de mulheres brancas de classe média e defendia um movimento para todas as mulheres. Esse movimento argumentava ainda que o fator “classe”, essencial, estava fora das pautas feministas brancas de elite que discutiam direito ao voto e ao trabalho, ignorando que as mulheres negras trabalhavam toda sua vida. Já no início do século XX, o feminismo negro se deparava com a segregação racial institucionalizada, que impedia o acesso de homens e mulheres negras a diversos espaços, sendo sua inserção precarizada, quando havia, além do combate aos linchamentos de populações negras e à violência racista. Angela Davis (2016) identifica o potencial da terceira onda do feminismo, na década de 1980 em diante, em não invisibilizar e diminuir os movimentos de mulheres “negras, latinas, indígenas, asiáticas e brancas de classe trabalhadora”. Nesse sentido, propôs a ideia de fusão dos movimentos de mulheres, unificar as lutas contemplando as diversas pautas e beneficiando a todas, o que denominou como “unidade multirracial”.

Essa discussão pautada pelo movimento negro de mulheres é o contexto de emergência do termo “interseccionalidade”, apresentado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Esse termo foi cunhado no âmbito da garantia de direitos humanos, frente à complexidade de opressões que se apresentam na vida das mulheres. Crenshaw (2002) afirma que os debates nas conferências mundiais de Direitos Humanos, ainda centradas nos direitos universais, permitiram o avanço conceitual que ampliou seu escopo no que se refere às questões de gênero. Esse avanço tem como foco as diferenças entre homens e mulheres e indica que, “atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos tem de incorporar uma análise de gênero em suas práticas” (Crenshaw, 2002, p. 172). Essa análise coloca em questão a tensão entre o universal e o particular, quando se trata das experiências de mulheres, que são atravessadas por fatores como classe, religião, etnia, raça, território, dentre outros. Como garantir direitos universais para as mulheres, levando em conta suas diferenças, sem apagá-las ou torná-las motivo para a impossibilidade de garantia de direitos?

Em outro texto, Crenshaw (2020) aponta a necessidade de mudança da compreensão de ações violentas, tais como estupro e agressão doméstica, usualmente associadas ao âmbito privado, para uma compreensão sistêmica e social, de manutenção da dominação sobre as mulheres. Nessa direção, coloca como os discursos feministas e antirracistas se pautam apenas nas suas problemáticas, como se fossem mutuamente excludentes, produzindo mais vulnerabilidade de mulheres negras.

Nesse caminho, Patrícia Hill Collins (2015) fala da facilidade com que temos para reconhecer as discriminações que sofremos e eleger as mais importantes, e da dificuldade de reconhecer como colaborarmos com as mesmas, através de nossas ações e pensamentos. Inseridos nesse sistema múltiplo de opressão, não somos somente vítimas ou somente opressores, existindo variados graus de privilégios e punições. Assim,

Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação. (Collins, 2015, p. 14)

Collins, ainda, define classe, raça e gênero como categorias de análise e busca formas de conexões e coalizões entre as pessoas que ultrapassem as barreiras dessas categorias. Para tanto, evita as análises somatórias, que partem de premissas dicotômicas e hierarquizadas e sustenta que as opressões estão imbricadas nas experiências singulares, de modo que determinada opressão pode assumir primazia para um grupo de mulheres específico, em local e tempo específicos.

Nesse sentido, Davis (2020) coloca que precisamos compreender como se articulam as relações entre as múltiplas modalidades de violência, como o sexismo, a homofobia, o racismo, o clássico etc., originárias das mesmas instituições políticas e econômicas.

As raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo neste país e, na maioria das vezes, os mesmos círculos extremistas que causam a violência contra as minorias étnicas são responsáveis pelas erupções de violência motivada por preconceitos sexistas e homofóbicos. Nosso ativismo político deve expressar evidentemente nossa compreensão dessas relações. (Davis, 2020, p. 22)

Nesse sentido, somos convocadas a analisar os fenômenos sociais em sua natureza imbricada de relações e instituições, expressando a articulação de diferentes modalidades de opressão, e também de ação política. Danièle Kergoat (2010) enfatiza que esse imbricamento deve ser analisado a cada realidade social analisada, considerando a construção conjunta e indissociável das categorias de opressão, exploração e dominação. Nem por isso deve-se considerar que as mulheres estarão apenas em condição de submetidas a opressões; é preciso tomá-las como sujeitos políticos e fortalecer o coletivo como uma saída. Daí que Davis (2020) coloca sua posição revolucionária e radical, apontando o capitalismo como uma pauta prioritária: “Nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalismo monopolista como o maior obstáculo para a conquista da igualdade” (p. 24).

Perspectivas interseccionais latino-americanas e brasileiras

No Brasil, a população negra também sofre os efeitos da escravidão, invisibilizados pelo mito da democracia racial. A servidão das mulheres negras se apresenta em sua identificação como objetos de satisfação das necessidades femininas, como amas de leite, e masculinas, como objetos sexuais. A mestiçagem brasileira, supostamente responsável por uma democracia racial, como quiseram fazer crer Gilberto Freire e Darcy Ribeiro, é fruto do estupro de mulheres negras e indígenas. Ou seja, a questão racial é central em sua composição com o lugar das mulheres no Brasil e na América Latina (Kyrillos, 2020), e isso foi trabalhado intensamente por intelectuais como Lélia Gonzalez, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro e Carla Akotirene.

A produção intelectual de mulheres negras brasileiras também se encontrava em intensidade e riqueza na década de 1980. Lélia Gonzalez (1988) em “*Por um feminismo afro-latino-americano*” inicia dizendo que, a propósito da comemoração do centenário da Lei Áurea, a luta por liberdade das mulheres e dos homens negros iniciou-se muito antes, voltando sua reflexão para as desigualdades raciais e sexuais no Brasil, que afetam sobretudo as mulheres negras e indígenas. Aqui, ao contrário dos Estados Unidos, a discussão racial não foi precursora da discussão de outras discriminações, o que, para Gonzalez (1988), pode ser atribuído ao “racismo por omissão”, intimamente articulado ao patriarcado e ao colonialismo.

Gonzalez (1988) retoma dois conceitos lacanianos para dar conta desse fenômeno na dimensão subjetiva, que se trata do infante e do sujeito-suposto-saber. Infante é a criança falada por outrem, a quem não é dada voz, nem atribuída condição de sujeito. Assim aconteceu com as mulheres não brancas, infantilizadas, assujeitadas pelo sistema patriarcal-racista, negadas em sua condição de pessoas. Sujeito-suposto-saber é aquele ao qual se atribui, de forma imaginária, saber que não possui, gerando identificação. Dessa maneira, o colonizador é sustentado nesse lugar pelo colonizado, um efeito articulado ao eurocentrismo. Gonzalez (1988), enfim, chama a atenção para a intrínseca e inegável articulação entre fatores históricos, políticos, culturais e subjetivos que mantém a estrutura patriarcal, colonial e racista de dominação sobre as pessoas não brancas.

Na mesma década, Gloria Anzaldúa publica vários textos. Dentre eles, “*Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*” (Anzaldúa, 2000), em que inicia dizendo dos perigos vivenciados pelas mulheres não brancas. Como mulher chicana, pobre, escritora, trabalhadora, vai traçando as linhas que se interconectam na sua experiência de vida, demonstrando vivencialmente as intersecções que a compõem. Nesse sentido, aposta na escrita como ato político de criação e de salvação ou sobrevivência, do lugar que os homens e mulheres brancas as colocam, as mulheres de terceiro mundo.

Sueli Carneiro (2003) também retoma o plano de experiências, só que no âmbito coletivo, ao tratar das lutas dos movimentos de mulheres brasileiros, que foram fundamentais para o combate da violência de gênero, com a criação de políticas públicas, tais quais as delegacias de mulheres, os abrigos para mulheres em situação de violência, além do reconhecimento das desigualdades de gênero no mercado. Destaca o papel das mulheres negras nesse movimento, e sua transformação em sujeitos políticos, cujas particularidades de vivências associadas ao racismo são fundamentais para as conquistas das mulheres. As mulheres negras colocaram no centro do debate do feminismo branco o racismo: o fato de já estarem no mercado de trabalho; o fato de sofrerem intensamente as facetas da violência

racista em sua afetividade e sexualidade; o fato de serem alvos de práticas de esterilização forçada. Todos esses aspectos são fundamentais, coloca Carneiro (2003), para a agenda política brasileira, em uma perspectiva antirracista e feminista, valorizando e endossando o protagonismo das mulheres negras.

Carla Akotirene complementa e enriquece as discussões apresentadas, com seu livro “*Interseccionalidadé*”, que compõem a coletânea “*Feminismos plurais*”. Akotirene (2020) recupera o histórico do conceito, o apresentando desde uma perspectiva feminista decolonial afrocentrada, recuperando o oceano Atlântico como aquele que banha as terras africanas e latino-americanas; como aquele que, embora demarque o *lócus* de tantas vidas violentadas, flui, se movimenta e permite cicatrizá-las através da sempre presentificação das memórias ancestrais.

Vidas vulneráveis e inventivas, vidas em movimento

Também preocupados com as relações de poder, Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem uma leitura da realidade e da subjetividade que sustenta a complexidade e a processualidade². Para tal, acreditam na justaposição de funcionamentos diferentes da realidade, que ora pendem para a reprodução, ora pendem para a invenção. O funcionamento reprodutivo se faz por interioridade, pela necessidade de igualar e homogeneizar as diferenças da vida. Já o inventivo se liga com o fora de nós, com a exterioridade, se abrindo para a dimensão de agenciamentos e conexões que nos conduzem a deslocamentos. Reprodução e invenção que compõem, de forma processual, tudo que nos rodeia.

Nessa direção, a compreensão de processos de subjetivação se faz como uma alternativa aos modelos que estruturam não apenas correntes teóricas no campo da sociologia e da psicologia sobre “o sujeito”, mas modos de existência calcados em estruturas limitantes que, inclusive, podem ser opressoras e violentas. Guattari (1992), nesse sentido, nos convoca a questionar tais modelos de subjetividades calcadas na interioridade, estanques e amarrados em estruturas fechadas. Para esse autor, a subjetividade é mutante e intensiva e não tem a ver com o dentro, com o pessoal ou com a identidade, mas com acontecimentos. Produzimos modos de existência, que se deslocam pelas associações que fazemos de modo intensivo e que nos permitem resistir ao poder e à submissão.

No texto “*Micropolítica e Segmentaridade*”, Deleuze e Guattari (1996) afirmam que “Tudo é política, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (p. 90), ao apresentar o funcionamento da realidade por produções e por conexões. Nesse sentido, a macropolítica e a micropolítica coexistem, são processuais e indissociáveis. Os planos macropolítico, ou molar, e micropolítico, ou molecular, remetem uns aos outros de forma incessante, sendo irreduzíveis um ao outro. O que os distinguem são seu modo de funcionamento: enquanto o molar opera por segmentar, dividir, classificar, organizar de modo binário (bom-mau, certo-errado, humano-não humano), com base em centros de referência (raça, classe, gênero, espécie), o molecular opera por fluxos que remetem ao fora, que buscam conexões, expansões, fora dos circuitos significantes (Deleuze & Guattari, 1996).

Pensar a interseccionalidade a partir desses planos é pensar na coexistência da macropolítica e da micropolítica, o que significa que a estratégia oficial e instituída acerca da exclusão social, da gestão da desigualdade social, das relações de gênero e de raça também possuem ações micropolíticas, e o dia a dia dos homens e das mulheres, dos privilegiados e dos vulneráveis também é atravessado por questões macropolíticas, denotando um processo de justaposição e entrelaçamento. Desse modo, esses dois domínios estão em constante relação, sendo que é na macropolítica que a intensidade da vida se dilui para se institucionalizar e é dela que a micropolítica parte para uma nova criação. Cabe destacar que concordamos com Ana Kiffer (2020) quando afirma que, para convocar o decolonial em nós, não precisamos evitar autores clássicos, repetindo a lógica (auto) destrutiva do racismo colonial cis-heteronormativo, e sim utilizarmos sua potencialidade crítica e produzir agenciamentos singulares entre saberes.

Além disso, a contribuição do pensamento imanente de Deleuze e Guattari nos permite reconhecer que, no plano molecular, não temos somente as invenções, também temos os microfascismos, quando o desejo deseja sua própria repressão (Deleuze & Guattari, 1996). O desejo se insere em agenciamentos inventivos, mas também em microformações que buscam formatar, igualar, comparar, driblar a diferença. Os microfascismos afloram a partir do medo e das inseguranças e emergem como uma micropolítica reativa, como denomina Suely Rolnik (2015), e não uma micropolítica ativa a favor da vida. Explorando essa reatividade, Domenico Hur (2020) propõe uma reflexão acerca dos agenciamentos maquímicos do desejo, incluindo o que o autor denomina máquina neofascista, mecanismo que opera com as forças de fluxos desejantes ativos, que se tornam reativas, sustentadas pelos afetos do ressentimento, do desencantamento e do pessimismo. Esse sistema atua para afastar a subjetividade do que lhe é diferente e estranho, endossando sua identidade, suas crenças, seu modo de existir, agir e pensar. Assim, o outro é tomado como inimigo. “Essa gestão do desejo e dos afetos se pauta na cultura da insegurança, da ansiedade, da incerteza em relação ao futuro e do medo da diferença. O desejo pela destruição da diferença que me ameaça” (Hur, 2020, p. 192). No nosso entender, esse mecanismo da maquinaria fascista no plano micropolítico é fundamental para a manutenção e reprodução da gestão macropolítica do racismo, do sexismo, da homofobia, da xenofobia, em suma, dos diversos processos discriminatórios e excludentes no seio do Estado e da cultura cotidiana. Fascismo que precariza a potência da vida, a direciona para a repetição.

Certamente, a micropolítica, em coexistência com a macropolítica, é o plano do movimento e é habitado por tensões entre os assujeitamentos e a expansão da vida. Embora muito necessária, a macropolítica não é suficiente para garantir a igualdade de gênero, os direitos sociais no campo do trabalho, da educação, da saúde, pois as leis e as normas não podem controlar o modo das pessoas viverem no cotidiano as relações de poder entre os sexos, as vulnerabilidades e as desigualdades. Sabemos que a luta contra as intersecções de vulnerabilidade deve se desenrolar nas esferas macrossociais, dentro do marco dos direitos humanos, mas sabemos também que é preciso a sustentação dessas conquistas nas relações microssociais. Desse modo, em diálogo com a esquizoanálise, acreditamos que o enfrentamento das opressões apontadas pelas perspectivas interseccionais se faz na transversalização da dimensão macropolítica e da dimensão micropolítica, das formas e das forças que nos constituem como homens e mulheres, brancos e negros, privilegiados ou vulneráveis.

Audre Lorde (2019a), em *“Sister Outsider”*, inicia relatando como a ruptura com os silêncios que cultivava por medo a permitiu falar, se assumindo como uma mulher que possui voz e visibilidade. No percurso dessa apropriação, menciona as tantas mulheres que a apoiaram e cuidaram, quando da descoberta do câncer: mulheres diversas – brancas, homossexuais, velhas, negras – “... travamos, juntas, uma guerra contra as tiranias do silêncio”, enfrentando e lutando “... com as forças da morte” (Lorde, 2019a, p. 52). A luta contra a morte, o maior e irreversível silêncio, é a luta cotidiana pela sobrevivência das mulheres, especialmente, as mulheres negras, as quais vivem o paradoxo de serem visibilizadas e invisibilizadas, simultaneamente, pela raça. Audre, então, coloca para seus leitores que, “em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” (Lorde, 2019a, p. 53). Medo mantido por endurecimentos molares e moleculares não só no nosso convívio familiar e social.

Essas cristalizações se espalham para além dos silêncios, e a sensação de inferioridade pode se transformar em uma reação de superioridade, em que os privilégios devem ser garantidos a qualquer custo, via a naturalização de hierarquias econômicas, raciais, de gênero, físicas, dentre outras. Presenciamos o mesmo tipo de funcionamento binário que separa e classifica, não considerando as diferenças e as variações, fixando a vida em determinadas formas e modelos valorativos, que se molecularizam em nossas relações cotidianas. Certamente, estamos sendo subjetivados cada vez mais pela polarização, pela lógica binária de verdades e destituições, pois o medo da vida em sua heterogeneidade também pode se esconder em certezas e oposições. A ponto de vivermos hoje um (des) governo que mantém uma série de violências, amparado na crueldade do neoliberalismo, como indica Vladimir Safatle (2020), em um modo fascista de governar que desvela cada vez mais a combinação de capitalismo e escravidão, especificidade de nossa história, de nosso mutismo e da crença de que há vidas que não importam.

As linhas duras que nos atravessam, na composição do nosso existir em uma sociedade misógina, racista, homofóbica, patriarcal, vão se constituindo com os afetos que circulam nos encontros que firmamos. Afetos que produzem variações de potência em nós e em nossos corpos, ora nos tornando mais potentes, ora atuando de modo a provocar, sutilmente, até não ser mais, um campo de força no qual orbitamos, atraindo repulsivamente o que nos mata. Cada um de nós, no encontro com o “fora de nós”, nos deslocamentos da nossa interioridade, podemos produzir linhas de fuga, de criação e expansão, mas também buracos negros, enquanto uma força atrativa que captura a vida ao seu redor para aniquilá-la, que não permite as conexões, pela intensidade das paixões de abolição, de autodestruição, que fazemos passar em nós mesmos, até restar mais nada. Deleuze e Guattari (1996) indicam que esse é exatamente o perigo das linhas de fuga, que elas sejam tão intensas que, ao invés de se ligarem a outras linhas e se potencializarem, podem, elas mesmas, se destruírem. Que silêncios, portanto, nutrimos para reproduzir desigualdades e legitimar privilégios, retroalimentando o sistema que nos submete, silencia, exclui e nos faz desejar nossa própria repressão? Que medos cultivamos nas nossas palavras e ações que são exatamente o que nos faz sustentar processos macropolíticos que dizem que não é possível ser uma mulher negra, branca ou latino-americana, hetero, bi ou homossexual, e “ser alguém”, ou “ter voz”, ou “ser capaz”? É preciso estarmos muito atentas aos modos pelos quais nos compomos com as outras pessoas, com os sistemas de trabalho, jurídico, os regimes de verdade, os locais que circulamos e vivemos, para identificarmos como e em que situações dissipamos forças de invenção e/ou fortalecemos linhas de destruição. Isso porque posturas acríticas mantêm a naturalização de privilégios e superioridades.

Outro aspecto destacado por Audre (2019a) trata das fissuras de desentendimento entre as próprias mulheres, com base na crença de que temos experiências diferentes. Ela diz:

Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fosse invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras – a experiência delas é diferente da minha”. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust? Outra: “Ela é uma mulher branca, o que teria para me dizer?”. Ou: “Ela é lésbica, o que meu marido, ou meu chefe, diria?”. Ou, ainda: “Essa mulher escreve sobre os filhos e eu não tenho filhos”. E todas as outras incontáveis maneiras de nos privarmos de nós mesmas e umas das outras. (Lorde, 2019a, p. 55)

É preciso que assumamos nossa responsabilidade cotidiana no enfrentamento ao que nos foi dado como fato e como verdade, rompendo com os discursos hegemônicos e fortalecendo a comunidade de mulheres, ao compartilhar suas palavras, experiências, vozes. De modo algum apagar as diferenças entre as mulheres, como alguns discursos liberais preconizam, mas sim tomar essas diferenças para nos fortalecer, partindo delas mesmas, as reconhecendo, as valorizando, e se tornando um elo de força comum.

James Moura, Vilkiane Barbosa, Jorge Sarriera, Damião Almeida Segundo e Antonio Lima (2020) discutem a produção de processos discriminatórios na intersecção entre raça, classe e gênero, e colocam o sentimento de vergonha sentido por mulheres negras pobres como resultante da complexa articulação entre a violência racial e a construção dos ideais da branquitude de beleza, de status social, de estilo de vida, de sexualidade, de religião. O processo de culpabilização pela pobreza é tão intenso que é reproduzido, muitas vezes, pelas próprias pessoas em situação de pobreza, inclusive, como modo de se distinguir de outros pobres – por exemplo, há os que “correm atrás” e os que não; há os “trabalhadores” e os “vagabundos”; há os “tranquilos” e os “barraqueiros”. Nesse sentido, Lorde (2019b) coloca como a lógica ocidental, operando por oposições binárias, sistematiza a opressão, de modo que um grupo de pessoas sempre estará em uma condição de desumanização.

Frente a isso, Lorde (2019b) pontua uma estratégia para as pessoas oprimidas: “conhecer a linguagem e as atitudes do opressor, chegando a adotá-las certas vezes para ter alguma ideia de proteção” (p. 239). Essa fala é extremamente pertinente para que não venhamos a culpabilizar as pessoas negras pela reprodução do racismo, as mulheres, pela reprodução do sexismo e do machismo, as pessoas lésbicas, homossexuais e transsexuais pela reprodução da homo, lesbo e transfobia. Se trata de pensarmos que, para além da reprodução em razão da extrema violência de tais discursos nas formações identitárias, para tais pessoas se trata de estratégias para se integrarem, para se sentirem parte da sociedade que as exclui, dos grupos que as oprimem, e com os quais precisam conviver no trabalho, nas relações interpessoais e afetivas, no cotidiano como um todo.

Para aprofundarmos ainda mais essa postura crítica, mais que questionarmos as pessoas negras, cobrando um ativismo permanente e homogeneizando subjetivações que são heterogêneas, é preciso que sustentemos uma branquitude crítica, como nos sugere Lourenço Cardoso (2010). Nós, pessoas brancas que produzimos esse artigo e que atuamos nos processos de formação de psicólogos precisamos nos atentar para que somos sujeitos racializados, e produzimos violências de várias ordens ao nos colocar como padrão frente

a “outridades” não brancas, enfatizando as diferenças como forma de expropriar as pessoas de sua condição humana. Desse modo, pensar em branquitude crítica é partir desses pressupostos para se chegar a outros lugares, pela denúncia pública e postura ativa frente às opressões e em ressonância com a produção singular de modos de existência solidários.

A despeito das diferenças epistemológicas das bases conceituais nas quais se situam as articulações sobre interseccionalidade e sobre a Esquizoanálise, buscamos compreender como se articulam, na tentativa de sustentar a complexidade da manutenção de vulnerabilidades no cotidiano. Assim, reconhecemos o esforço dos dois campos por transcender os binarismos nas análises das opressões, de modo a complexificá-las, adicionando mais camadas e mais formas de inter-relações entre as categorias de gênero, raça, classe, localidade, sistema político, e tantas mais outras possíveis, conforme o contexto analisado. Além disso, como vimos anteriormente com as teóricas feministas interseccionais, a todo instante a dimensão macropolítica se articula com a dimensão micropolítica, nos termos da Esquizoanálise, não se reduzindo uma à outra, mas reconhecendo os aspectos institucionais que sustentam ou não as violências múltiplas, ao mesmo tempo em que aposta na invenção da subjetividade, especialmente, em coletivo.

As intelectuais negras nos lembram sempre da força do coletivo e dos movimentos de mulheres não brancas como forma de enfrentamento ao âmbito macropolítico (Davis, 2020; Gonzalez, 1988). Não estaria o marxismo, que persiste como sustentação epistemológica de teóricos de grande renome e capacidade analítica, nos lembrando da dificuldade de operar no macropolítico mudanças significativas através do micropolítico? Ao mesmo tempo, não seria na leitura da Esquizoanálise os movimentos de mulheres uma fissura micropolítica que se instalou no seio do movimento de mulheres brancas de classe média, a promover tensionamentos e outras pautas? São questões que nos ocorrem ao buscarmos correlacionar esses dois campos epistemológicos, na busca de uma análise complexa e não binária das opressões e das saídas construídas pelas mulheres em sua singularidade.

Considerações finais

Na interlocução proposta neste texto, ressaltamos a importância da interseccionalidade e das conquistas macropolíticas efetuadas pelas feministas negras. Contudo, destacamos a imanência dessa dimensão com a micropolítica que se constitui no modo como nos tensionamos entre nossas próprias submissões e inferioridades, entre conexões de expansão da vida nas suas diferentes inserções no plano social. Assim, entendemos que para compreender e enfrentar as opressões de gênero, classe, raça, sexualidade e localidade é necessário, sim, conquistas macropolíticas, mas esses avanços devem ainda se sustentar em micropolíticas ativas, para que, de fato, haja uma transformação social. Em nosso breve percurso, notamos a presença de intervenções, de lutas feministas, de movimentos sociais potentes, de micropolíticas ativas para dar visibilidade às opressões, mas também identificamos os seguintes microfascismos que impedem sua sustentação efetiva: a reprodução de medos e inseguranças; o desentendimento entre as mulheres mantido por lógicas patriarcais, étnico-raciais e coloniais; a naturalização da desigualdade econômica.

A Esquizoanálise frequentemente retoma os planos do a-significante e do incorporal como modos de enfrentamento às cristalizações características do funcionamento molar, tanto no plano individual como grupal e social. Isso é um apontamento importante que

faz contraponto aos marcadores da diferença quando são lidos como estruturas que são apenas atravessadas e subordinadas ao poder, nos permitindo apostar nas conexões, ou na singularidade, como mote para se traçar linhas de fuga em meio às formas. Sabemos, como psicólogos, que vivemos cada vez mais desafios nas intervenções com as populações vulneráveis na garantia dos direitos mínimos para os cidadãos, sobretudo em um momento em que a pandemia se prolonga e gera efeitos em todas as esferas da vida.

Para além do fascínio pelos centros hierárquicos/hegemônicos de conhecimento, o diálogo com autores europeus insiste na nossa capacidade de invenção e problematização no uso singular dessas ideias, que podem ser articuladas de maneira a fortalecer uma perspectiva complexa da realidade, como pretendemos fazer neste texto. A psicologia nasce em nosso país com fortes inspirações no hemisfério norte, mas, afetados por este grande território extremamente desigual e fundamentados em leituras críticas das relações de poder, podemos criar novas formas de atuar, mais libertárias e menos opressoras, inclusive para nós mesmos. As conquistas macropolíticas têm uma associação permanente com a micropolítica ativa para criar novos sociais em que não precisamos nos submeter às ideias e reproduzir a noção de uma subjetividade universal, como apregoado pela maioria dos pensadores do norte, perspectiva ainda presente no “não dito” das nossas formações. Repetir dominações é oportuno para perpetuar silenciamentos e invisibilidades sociais, a partir também de microfascismos. A lógica ainda dominante das hierarquias e da legitimação dos privilégios precisa ser diluída para dar início a novas composições entre as pessoas, de diferentes pertencimentos étnico-raciais, de distintas classes sociais, sexualidades e localidades; inclusive, buscando avançar para compreender nossas composições com alteridades não humanas, assiginificantes e imateriais, como as arquiteturas, as paisagens, os afetos.

Notas

1 No campo dos estudos feministas que abordam as intersecções entre categorias, segundo Piscitelli (2008), temos a abordagem sistêmica, cuja precursora é Kimberlé Crenshaw, cujo enfoque é o campo macrossocial na produção de subjetividade, abordando o poder como propriedade que se pode ter ou não, enfatizando sua perspectiva de dominação. Há a abordagem construcionista, cujas principais representantes são Anne McKlintock e Avtar Brah, que reconhece os recursos entre as diferentes categorias no favorecimento da agência do sujeito e busca analisar a dinâmica entre raça, classe, gênero e outros aspectos de forma contingente e relacional. Há, ainda, a abordagem da consubstancialidade (Kergoat, 2010), cujas precursoras são Helena Hirata e Danièle Kergoat, que partem do pressuposto de que não há primazia de uma relação social em relação a outra, apostando em uma análise das dinâmicas e contradições em cada conjunto de relações sociais específico.

2 As ideias de Deleuze e Guattari recebem vários nomes, dentre eles, Esquizoanálise, que se desenvolveu no Brasil como uma corrente institucionalista, trazida pelos argentinos nos últimos anos da década de 1970. As ideias institucionalistas, também veiculadas pela Análise Institucional de René Lourau, tiveram como área inicial de atuação a saúde mental, ampliando sua inserção de modo cada vez mais heterogêneo. Atualmente, tem sido usada na saúde, na educação, na assistência social, dentre outras áreas, em diálogo com saberes de outros campos de conhecimento e práticas sociais. Sua contribuição permanece como um encontro frutífero entre a crítica de hegemonias de saber-poder em campos diversos e na aposta em uma utopia ativa, como proposto por Gregório Baremlitt, através da produção dispostos inventivos, transversais e autocríticos.

Referências

- Akotirene, Carla (2020). *Interseccionalidade*. Jandaíra.
- Anzaldúa, Gloria (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Carneiro, Sueli (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.
- Cardoso, Lourenço (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630. <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v8n1/v8n1a28.pdf>
- Crenshaw, Kimberlé.(2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Crenshaw, Kimberlé (2020). Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In Ana Claudia A. Martins & Elias Ferreira Veras (Orgs.), *Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade* (pp. 23-98). Appris.
- Collins, Patrícia Hill (2015). Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In Renata Moreno (Org.), *Reflexões e Práticas de Transformação Feminista* (pp. 13-42). SOF.
- Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Davis, Angela (2020). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (1996). Micropolítica e segmentaridade. In *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3, pp. 83-115). Editora 34.
- Gonzalez, Lélia (1988). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- Guattari, Félix (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Hur, Domenico Uhnig (2020). Desejo e política em Deleuze: máquinas codificadora, neoliberal, neofascista e esquizodramática. *Poliética*, 8(2), 173-202. <http://dx.doi.org/10.23925/2318-3160.2020v8i2a7>
- Kergoat, Danièle (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, 86, 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Kiffer, Ana (2020). *O Brasil é uma heterotopia*. Edições N-1. <https://www.n-1edicoes.org/textos/125>
- Kyrillos, Gabriela de Moraes (2020). Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>
- Lorde, Audre (2019a). *Irmã outsider*. Autêntica.
- Lorde, A. (2019b). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 239-250). Bazar do Tempo.
- Ministério da Saúde. (2021). *Coronavírus Brasil*. <https://coronavirus.saude.gov.br/>
- Moura, James Ferreira & Ximenes, Verônica Moura (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista De Psicologia*, 28(1), 76-83. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051>
- Moura Júnior, James Ferreira, Barbosa, Vilkiane Natércia Malherme, Sarriera, Jorge Castellá, Almeida Segundo, Damião Soares de, & Lima, Antonio Ailton de Sousa (2020). Práticas interseccionais de discriminação contra mulheres negras: Um estudo sobre vergonha e humilhação. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 262-278. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a02.pdf>

Piscitelli, Adriana (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade & Cultura*, 11(2), 263-274. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>

Rolnik, Suely (2015, 30 de dezembro). A hora da micropolítica – Entrevista com Suely Rolnik. *Goethe Institut Brasilien*. <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/ru/20790860.html>

Safatle, Vladimir (2020). *Bem-vindo ao estado suicidário*. Edições N-1. <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>

ROBERTA CARVALHO ROMAGNOLI

<https://orcid.org/0000-0003-3551-2535>

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC SP. Estágio pós-doutoral em Análise Institucional pela Universidade Cergy-Pontoise, França. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte/MG. Pesquisadora do CNPq e da FAPEMIG.

E-mail: robertaroma1@gmail.com

BRUNA COUTINHO SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-4862-2912>

Psicóloga, pós-graduada em Filosofia Contemporânea pela PUC Minas, doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte/MG.

E-mail: bcoutinho.psi@gmail.com

Histórico	Submissão: 17/03/2021 Revisão: 20/12/2021 Aceite: 21/12/2021
Contribuição dos autores	Concepção: RCR; BCS. Elaboração do manuscrito: RCR; BCS. Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: RCR; BCS. Aprovação final do manuscrito: RCR; BCS.
Financiamento	RCR: Bolsista de Produtividade (Processo n. 302844/2018-0) BCS: Bolsista de Doutorado da CAPES-PROSUC (Processo n. 88887.496113/2020-00)
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.